

# Vazio político decorre da crise da universidade

A afirmação é do ministro Fernando Lyra ao abrir, na UnB, o seminário sobre a Constituinte

VALERIO AYRES



O seminário terá duração de um ano e definirá a posição da universidade

## Bierrenbach faz elogio à iniciativa

Um passo importante na consolidação da democracia. Essa é a opinião do deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), primeiro relator da emenda do Governo que convoca a Constituinte, sobre o programa lançado ontem de manhã no auditório Dois Candangos, na Universidade de Brasília, que visa a fomentar debates sobre temas ligados à Constituinte, com a comunidade universitária e a população em geral.

Bierrenbach esteve pre-

sente ao lançamento do programa e elogiou a iniciativa do reitor Cristóvam Buarque, de abrir a universidade para discutir temas de grande importância para o País. O deputado paulista acredita que esse ciclo de debates iniciado pela UnB serve para despertar o interesse da população, estimulando a participação da comunidade como um todo para as grandes transformações sociais.

Também presente ao lan-

çamento do programa na UnB, o secretário de Educação do DF, Pompeu de Souza, se emocionou ao recordar as dificuldades encontradas quando da fundação da universidade, a mordida colocada pelo regime militar e agora a implantação de uma nova política, em que a UnB assume posição de vanguarda no País, servindo de exemplo para as outras universidades. Pompeu disse que a UnB reassume o seu papel, deixando de

ser meramente uma instituição técnica formadora de mão-de-obra, tornando-se um centro irradiador de discussões dos grandes temas nacionais.

Já o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, José Raymundo Romeo, acha que a Constituição deve refletir os anseios do povo e que iniciativas como a da UnB traçam o novo perfil das universidades em todo o País.

## População desconhece a Constituinte

Mais de 90 por cento da população não sabem o que é Constituinte. Até mesmo os políticos, tanto é que estão querendo transformar o Congresso em Constituinte". A afirmação é do professor Eduardo Rappel, da Universidade Federal da Bahia, durante o debate, ontem, do tema "Universidade e Ciência", dentro do programa "A Universidade Brasileira e a Constituinte".

O debate iniciou-se às

15h, no Anfiteatro 9 do Minhocão, com participação também do professor Armando Dias Mendes, do Conselho Federal de Educação, e do engenheiro agrônomo Jorge Zimmerman, da Embrapa, em substituição a Luiz Carlos Pinheiro Machado. Os trabalhos foram coordenados por Fernando Correa Dias, do Conselho Diretor da FUB.

Todos os participantes do debate concordaram que a universidade ainda é considerada uma insti-

tuição de elite para a população, já que poucas pessoas conseguem chegar até lá. Eles admitiram que é difícil mudar essa imagem, mas a UnB, como tantas outras universidades brasileiras, tem procurado democratizar mais a sua atuação, procurando uma maior aproximação com a comunidade. "Apenas uma minoria hoje tem acesso às discussões", argumentou Rappel.

O seminário continua

na manhã de hoje com o tema "A História Recente da Universidade Brasileira", durante a manhã, e à tarde com o tema "Universidade e Sociedade". A participação dos estudantes foi pequena na abertura dos trabalhos, embora eles estivessem representados, assim, como os professores. A explicação para a pouca participação dos estudantes é que ontem foi apenas a abertura solene e o que o seminário vai continuar durante um ano.

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, disse ontem, na abertura do seminário "Universidade Brasileira e a Constituinte", que se realiza na UnB, que grande parte do vazio político que se verifica hoje no País decorre do esvaziamento da universidade, imposto pelos governos autoritários dos últimos anos.

"Não nos basta a derrubada do regime militar. Precisamos exorcizar as seqüelas do fascismo que ainda persistem incrustadas na sociedade. Vejo, com tristeza, que não existe mais o preito da saudade pelos mortos na universidade, porque ninguém sabe quem morreu, ou como. Precisamos fazer ressuscitar esse preito, fazendo transparecer os acontecimentos. E é isto que a Universidade de Brasília está tentando fazer ao promover este debate", afirmou Fernando Lyra.

A utilização, pela primeira vez no Governo da Nova República, do decreto-lei para fazer incidir a correção monetária também sobre o passivo das empresas em processo de liquidação extra-judicial foi um dos temas que dominaram as conversas entre os ministros presentes e os parlamentares que compareceram à UnB, ontem. "E um bicho que eu não gosto, mas ele existe. Não gostaria de vê-lo usado. Mas para o caso em que foi utilizado, terça-feira, pelo presidente José Sarney, (quando da ocasião da liquidação dos Bancos Auxiliar, Comind e Maisonnave), ele se justifica para contrabalançar o poder de força das elites invisíveis que se contrapõem à vontade da maioria da sociedade", disse o ministro Paulo Lustosa.

O ministro Fernando Lyra disse que o decreto-lei existe como instrumento de ação dinâmica do Executivo, "mas deve merecer a apreciação do Congresso Nacional. A ação tem que ser do Executivo, mas o Legislativo tem o papel de vigia e tutor destes atos, para que eles não se tornem abusivos nem atentem contra os direitos do cidadão". O deputado Alencar Furtado é da mesma opinião, considerando que a instrumentação do decreto-lei de que ainda dispõe o Presidente da República só pode e deve ser utilizada em casos de emergência. "Uma emergência que tem que ser vigiada e fiscalizada pelo Congresso", concluiu o deputado pelo Paraná.

Para o ministro Paulo Lustosa, o seminário realizado na UnB "não apenas resgata a dívida política e moral que a comunidade universitária tem perante o País, como faz com que a universidade brasileira assumo o seu papel de agente das mutações que lhe é reservado pela sociedade. Este deve ser um papel permanente da universidade, como estimuladora da sociedade civil para a discussão de seus problemas perante o Estado, não permitindo que este se transforme num tutelador de sua vontade. Ao fazer circular as idéias, a universidade estará contribuindo para a montagem da organização da sociedade", disse o Ministro.

Cristóvam Buarque ressaltou que a UnB se constitui num "microcosmo" de discussão de um novo marco jurídico do País. Os seus 13 mil habitantes de hoje, disse o reitor, pretendem assumir o seu papel de participar da discussão da elaboração de uma nova Carta Constitucional para o Brasil não só através do seminário que vai até amanhã, mas nas diversas fases do processo que vai até novembro do ano que vem, divididas em três blocos distintos: "UnB escuta", "UnB fala", e "UnB vota", o que acontecerá em agosto de 1986. Já, estará emitido, se possível, o pensamento da universidade brasileira, como um todo, sobre os conceitos de organização familiar, o papel do poder público e os direitos e deve-